

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2014.

**NOTA TÉCNICA no 14/2014/SPG**

**Assunto: Pleito da Petrobras para Alteração do Art. 6º da Portaria ANP nº 143/1998.**

Ref.: Processo Administrativo nº 48610.007453/2013-38.

**Introdução**

1. A presente nota técnica trata do pleito da Petrobras, realizado por meio da Carta FINANCAS/GCAIXA/CXNAC 0001/2013 (fls. 04/05), no qual solicita alteração na redação do art. 6º, da Portaria ANP nº 143/98.
2. O art. 6º determina que nos casos de terras cuja titularidade seja duvidosa ou indefinida, ou quando o seu proprietário não for localizado, o concessionário efetuará o pagamento mensal mediante depósito em uma caderneta de poupança específica para cada propriedade, transferindo o saldo existente ao proprietário após o mesmo ter sido legalmente definido ou localizado.
3. O pleito da concessionária é no sentido de se revisar tal artigo de modo que a mesma possa utilizar apenas uma conta única para todos os proprietários de terra indefinidos ou não localizados.

**Do pleito da concessionária**

1. Em resumo, alega a concessionária na Carta FINANCAS/GCAIXA/CXNAC 0001/2013 que em cumprimento ao referido artigo é obrigada a gerenciar cerca de 2.000 contas poupanças, o que representa para mesma um custo de controle e gestão muito elevado.
2. Afirma ainda estar trabalhando internamente, e junto a instituições financeiras, em uma alternativa que permita a existência de uma conta apenas, com diversas subcontas, gerenciando assim essas subcontas de modo a segregar os valores devidos por processos e atrelar a cada um deles a remuneração legal exigida.
3. Para que possa viabilizar esta otimização na gestão das contas de poupança das terras cujos proprietários sejam indefinidos, ou não localizados, solicita a alteração do artigo 6º, da Portaria ANP nº 143/98, nos termos abaixo apresentados.

Art. 6º. Nos casos de terras cuja titularidade seja duvidosa ou indefinida, ou quando o seu proprietário não seja localizado, o concessionário efetuará o pagamento mensal mediante depósito em uma caderneta de poupança específica para cada propriedade **ou em conta única centralizada, desde que asseguradas a segregação dos valores por propriedade e a remuneração idêntica à caderneta de poupança para cada uma delas,** transferindo o saldo existente ao proprietário após o mesmo ter sido legalmente definido ou localizado.

Parágrafo único. Findo o contrato de concessão e permanecendo dúvida ou indefinição quanto à titularidade das terras ou ainda não tendo sido localizado o seu proprietário, o saldo **correspondente às terras em questão** existente na caderneta de poupança **ou na conta centralizada** será transferido para a Conta Única do Governo Federal, onde permanecerá pelo prazo prescricional previsto em lei, à disposição do interessado.

**Do processo administrativo**

1. A SPG instaurou o processo administrativo nº 48610.007453/2013-38 para analisar a possibilidade, ou não, da incorporação da alteração apresentada pela concessionária à Portaria ANP 143/98. No bojo desse processo administrativo foram solicitadas informações adicionais à concessionária pela SPG, por meio dos Ofícios nos 478/2013/SPG (fls. 7) e 548/2013/SPG (fls. 36).
2. Após análise das respostas, apresentadas nas Cartas FINANCAS/GCAIXA/CXNAC 0002/2013 (fls. 09/35), FINANCAS/GCAIXA/CXNAC 0003/2013 (fls. 38/47), a Nota Técnica nº 10/2014/SPG (fls. 48/50) fundamentou as razões para a manutenção da poupança como forma de manter garantidos os interesses dos proprietários de terra, uma vez que a proposta da concessionária abre a possibilidade de abertura de uma conta única, mas não deixa claro quais seriam as modalidades de aplicação financeira passíveis de serem utilizadas.
3. A Nota Técnica nº 10/2014/SPG conclui ainda que, para o bem da eficiência administrativa e da economia de recursos do concessionário, em uma eventual reforma da Portaria ANP nº 143/98, é possível admitir que os recursos financeiros para o pagamento a proprietários de terra com titularidade duvidosa sejam depositados em uma conta única pela concessionária, com remuneração mínima fixada pela ANP, mas com restrições com respeito às modalidades de aplicação dos recursos e com responsabilidade solidária do concessionário sobre estes fundos.
4. Dessa forma, o posicionamento da SPG, sobre a proposta de alteração da Portaria ANP nº 143/98, é no sentido de restringir o entendimento expresso na Nota Técnica
nº 10/2014/SPG à possibilidade de utilização apenas da aplicação em uma conta de poupança única para as concessionárias que possuam muitos proprietários de terra cuja titularidade seja duvidosa ou desconhecida.
5. Ainda para resguardar os interesses do proprietário de terra, quando o mesmo for identificado e os valores forem efetivamente repassados, é necessário que a concessionária apresente junto com o demonstrativo enviado à ANP de que trata o art. 4º, §1º, da Portaria ANP nº 143/98, memória de cálculo com os índices de poupança utilizados para a correção dos valores repassados aos proprietários de terra demonstrando com exatidão os valores utilizados para remuneração dos depósitos.
6. Também foi solicitada manifestação jurídica acerca do tema à Procuradoria Federal na ANP, Memorando nº 118/2014/SPG (fls. 52/54).
7. A Procuradoria Federal na ANP, por meio da Nota nº 55/2013/PF-ANP/PGF/AGU (fls. 56/56v), manifestou-se pela necessidade de realização de consulta e audiência pública. Destacou ainda que a alteração de um ato normativo, que não contrarie o texto da lei, está submetida à oportunidade e conveniência da administração.
8. Entendemos também que a utilização de uma conta de poupança única só deve ser aprovada pela ANP se a concessionária possuir um sistema informatizado, auditável a qualquer momento pela ANP, que possibilite a verificação da confiabilidade/rastreabilidade dos valores destinados aos proprietários de terra indefinidos, ou não localizados, depositados na conta de poupança única. Esse entendimento está expresso na minuta apresentada em anexo.

**Da minuta de resolução**

1. Neste sentido, foi elaborada a minuta de resolução em anexo, para alteração da Portaria ANP 143/98, nos seguintes termos:
	1. ajustes na redação do caput do art. 6º e troca do termo "caderneta" para "conta";
	2. renumerado o parágrafo único para parágrafo 1º, alterado o termo "caderneta" para "conta", e incluído a referência ao contrato de concessão findado com a expressão "referente às propriedades da concessão";
	3. incluído o parágrafo 2º, o qual possibilita que o concessionário opte por uma conta de poupança única desde que devidamente aprovado pela ANP;
	4. incluído o parágrafo 3º, o qual condiciona a aprovação pela ANP da utilização a conta de poupança única à existência de um sistema informatizado, auditável a qualquer momento pela ANP, que possibilite o controle individualizado dos depósitos mensais; e finalmente
	5. incluído o parágrafo 4º, o qual determina que o concessionário deve fazer os repasses assim que localizados ou definidos o proprietário da terra e que o concessionário apresente memória de cálculo dos valores repassados à ANP.

**Conclusão**

1. Por entendermos que a alteração do ato normativo não contraria o texto da lei e é oportuna e conveniente à administração e aos concessionários em geral, concluímos que o pleito da Petrobras pode ser implementado desde que atenda aos critérios estabelecidos nesta nota técnica, quais sejam:
	1. manutenção da poupança como aplicação financeira a remunerar os montantes depositados mensalmente;
	2. utilização de um sistema informatizado que permita à ANP auditar a qualquer momento os valores depositados na conta de poupança única utilizada; e
	3. entrega à ANP dos comprovantes de pagamentos ao proprietário de terra, quando identificado, com a devida memória de cálculo.
2. Assim, para implementação da alteração proposta, elaboramos a minuta de resolução apresentada em anexo, a qual atende aos quesitos acima elencados.
3. A minuta deve ser submetida à análise da PRG e posteriormente à aprovação da Diretoria Colegiada da ANP. Uma vez aprovada, a mesma deve ser colocada em consulta/audiência pública.

Atenciosamente,

**Carlos Alberto Xavier Sanches**

Superintendente de Participações Governamentais

**NOTA TÉCNICA Nº 14/2004/SPG – ANEXO – MINUTA DE RESOLUÇÃO**

**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

**RESOLUÇÃO ANP Nº XX, DE XX. XX. XXXX - DOU XX.XX.2014**

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei nº [9.478](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.478%20-%201997), de 6 de agosto de 1997 e da Resolução de Diretoria nº XXX, de XX de XXXXXX de 2014, torna público que:

**Art. 1º** O art. 6º da Portaria ANP nº 143, de 25 de setembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Nos casos de terras cuja titularidade seja duvidosa ou indefinida, ou quando o seu proprietário não for localizado, o concessionário efetuará o pagamento mensal mediante depósito em uma conta de poupança específica para cada propriedade, transferindo o saldo existente ao proprietário após o mesmo ter sido legalmente definido ou localizado.

§ 1º Findo o contrato de concessão e permanecendo dúvida ou indefinição quanto à titularidade das terras, ou ainda não tendo sido localizado o seu proprietário, o saldo existente na conta de poupança referente às propriedades da concessão será transferido para a Conta Única do Governo Federal, onde permanecerá à disposição do interessado pelo prazo prescricional previsto em lei.

§ 2º O concessionário poderá optar, desde que aprovado pela ANP, pela realização dos depósitos em uma conta de poupança única para todas as terras cuja titularidade seja duvidosa ou indefinida, ou quando o seu proprietário não for localizado.

§ 3º A aprovação de que trata o §2º desse artigo será concedida desde que o concessionário comprove a utilização de um sistema informatizado, auditável a qualquer momento pela ANP, que possibilite o controle individualizado dos saldos referentes aos depósitos mensais para cada proprietário de terra indefinido ou não localizado.

§ 4º Determinado legalmente o titular das terras, ou localizado o seu proprietário, o concessionário efetuará o repasse ao proprietário da terra do saldo existente na conta de poupança referente àquela propriedade e apresentará à ANP os comprovantes desses repasses juntamente com a memória de cálculo detalhando os valores repassados.” (NR)

**Art. 2º**. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

*MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD*

*Diretora-Geral*